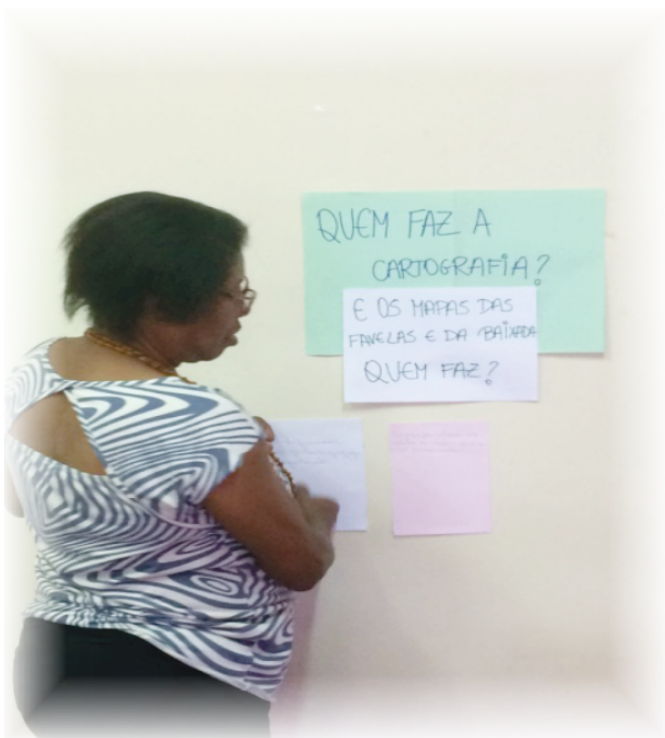


“Acredito que podemos tentar ser multiplicadores levando as mesmas oficinas que foram feitas para outros bairros da Baixada Fluminense que também sofrem com a questão da violência”



O Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu é um órgão da Diocese de Nova Iguaçu que tem como missão a defesa, difusão, promoção e garantia dos direitos humanos e da cidadania.

Publicado originalmente em 2018 pelo CDH Nova Iguaçu
Caixa Postal 77162
Rio de Janeiro/RJ
Brasil

Rua Adriano Hipólito, 8 – Moquetá - Nova Iguaçu
Cep: 26.285-330

CDH 2018
Idioma original: Português
Impresso em português pelo Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu.

Agradecimento: O Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu agradece a todas as mulheres que participaram e construíram o projeto: “Uma Cartografia Social do Impacto da Militarização na Vida das Mulheres da Baixada”. Além da parceria do Fórum Grita Baixada, Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro e da Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na BF. Agradecemos também ao designer voluntário Gustavo Weber de Melo.

Apoio: Fundação Heirinch Böll Stiftung

Ficha Técnica:
Coordenação Institucional: Yolanda Florentino
Coordenação da Cartografia Social: Fransérgio Goulart e Marcelle Decothé.
Redação: Marcelle Decothé, Adriana Aguillar P. de Souza, Adriana Batista Teixeira, Barbara da Silva Lucas, Fransérgio Goulart, Jeane Cristina G. Alves, Lorene Monteiro Maia, Luciene Silva, Marilza Barbosa Floriano, Nívia do Carmo Raposo, Sheila Macedo da Cruz, Vera Cristina Carneiro Gomes, Rafaela Albergaria.
Design: Gustavo Weber de Melo.
Impressão: AN Gráfica e Serviços de Impressão LTDA - ME

Todos os direitos reservados. Esta publicação possui direitos autorais, mas pode ser reproduzida livremente por quaisquer meios, para fins educacionais, de ativismo e de campanhas, não podendo ser comercializada.

Pede-se que tais usos sejam informados aos detentores de direitos para que sua divulgação possa ser acompanhada. Para a reprodução deste conteúdo em quaisquer outras circunstâncias, ou para sua utilização em outras publicações, bem como para tradução e adaptação, uma autorização prévia e por escrito deve ser obtido dos editores. Para solicitar permissão ou outras informações, escreva para cdh.ni@ig.com.br

PROJETO MÃES E FAMILIARES VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA POLICIAL NA LINHA DE FRENTE CARTOGRAFIA SOCIAL: O IMPACTO DA MILITARIZAÇÃO NA VIDA DAS MULHERES DA BAIXADA

O Projeto Mães e Familiares Vítimas da Violência Policial na Linha de Frente foi uma proposta do Centro dos Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu em parceria com a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense que teve como apoiador e financiador a Fundação Heinrich Böll. Esta proposta teve como objetivos principais: potencializar e qualificar a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense para o exercício do controle da atual política de segurança pública com enfoque na Baixada Fluminense. Dentro dessa proposta, a estratégia principal utilizada foi a construção de uma Cartografia Social do Impacto da Militarização na Vida das Mulheres da Baixada Fluminense produzida por essas e outras mulheres que vivenciam, choram e criam historicamente ações de enfrentamento a violência policial e a grupos de milícias e outras violências na Baixada Fluminense.

A base deste projeto foram oficinas de cartografia social desenvolvidas entre os meses de outubro e dezembro de 2017, nas quais mais de 10 mulheres representando pelo menos seis municípios da Baixada Fluminense (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo e São João de Meriti) participaram das oficinas. Os encontros para desenvolver esta metodologia basearam-se no uso de ferramentas de mapeamento e georreferenciamento de agentes violadores e violações de direitos humanos cometidas principalmente pelo próprio Estado contra moradores e moradoras da região metropolitana do Rio de Janeiro. O resultado final desta iniciativa evidenciou, em percepções, ilustrações e narrativas, a presença cotidiana de fenômenos sociais ligados ao machismo, racismo e à lógica bélica da violência que constituem a ausência da garantia de direitos por parte do Estado nos territórios da Baixada Fluminense.

A utilização da cartografia social como ferramenta metodológica de pesquisa, mas também como instrumento de luta por movimentos sociais, grupos e instituições de promoção de direitos não é recente. Mas o que é a cartografia social? Desde o início, nós mulheres da Baixada aprendemos juntas como o conceito de “cartografia social” é fluído, um processo por si só de auto-afirmação, envolvendo práticas de mapeamento geográfico, percepções, registros, coleta de informações, trocas, vivências compartilhadas a partir de subjetividades. A cartografia social, insurgente, decolonial, ou a cartografia da necropolítica, independentemente da nomenclatura acadêmica ou política por você utilizada, permite-se, ser uma metodologia de pesquisa, mas também uma ferramenta de incidência política, capaz de unir mulheres de contextos sociais distintos construindo juntas um 'saber' não-acadêmico refletido em dados auto-gerados, mapas de vivências, trocas, pertencimento e afetos.

A partir das oficinas de cartografia, nós mulheres da Baixada, conseguimos mapear em nossos municípios a atuação de diferentes atores estatais e não-estatais, a violência que é tão estigmatizante na Baixada Fluminense foi um filtro com o qual olhamos cuidadosamente para entender “por que” os nossos e nossas são os mais afetados, por que continuamos a morrer. Por que nos privam de estudar? De ter acesso a saúde? Por que em nossos bairros historicamente a violência é perpetuada seja pela polícia, por grupos de extermínio, por milícias e até mesmo por nossos maridos e companheiros. São muitas Baixada's, realidades diferentes, mas no fundo similares em sua reprodução cotidiana de dor. Ser mulher aqui é um ato de resistência, e através da cartografia de nossas vivências conseguimos visualizar minimamente o impacto desses processos em nossas vidas.

“A cartografia foi uma grande aula de cidadania, de respeito, de conhecimento, só ampliou meu olhar. Agora olhamos o município, o bairro onde residimos, olhamos onde poderíamos mexer para melhorar. Temos a dimensão mais vasta para poder contribuir com melhorias no local onde residimos.”

Um olhar mais atento, um saber compartilhado, enxergar na outra a dor e também a potencialidade. A incidência política proveniente da prática do mapeamento participativo derivado da construção de cartografias já está em curso na vida das mulheres que participaram das oficinas. A possibilidade da transformação social motiva as mulheres baixadenses, a expansão do público alvo das cartografias, a visão do impacto de ser mulher a partir da melhor análise sobre o local onde residimos, o desejo e a efetiva multiplicação da cartografia pela Baixada é um indicativo dos próximos passos a partir daqui.

Outro efeito concreto, foi que a partir da construção da cartografia, essas mulheres efetivaram uma ação direta de incidência política, o Ato contra Morosidade e o Racismo da Divisão de Homicídios da Baixada Fluminense no dia 12 de dezembro de 2017 em Belford Roxo com relação aos inquéritos envolvendo a população negra e pobre da Baixada Fluminense. Nívia do Carmo Raposo, mãe do jovem Rodrigo do Carmo Raposo Tavares, assassinado em outubro de 2015 que está com o inquérito policial até o momento sem conclusão que participou da construção da Cartografia foi uma das lideranças junto com as outras mulheres participantes que consolidaram essa incidência. Essas mulheres articularam a presença de outras mães e familiares vítimas da violência de Estado: Mães de Manguinhos e da Rede de Comunidades e Movimento contra à Violência, fortalecendo assim o apoio mútuo e o trabalho em Rede.



Foto Ato contra a Morosidade e o Racismo da Divisão de Homicídios da Baixada Fluminense

“Foi uma experiência muito enriquecedora participar da oficina de cartografia. Me deu um horizonte mais amplo da minha realidade, eu comecei a identificar a problemática mais próxima existente na minha realidade. Com essa identificação eu pude reconhecer alguns atores por meio da cartografia. Foi muito interessante ver e conhecer. Quando você passa a ter apropriação do que te pertence, do que é seu, você tem o olhar diferenciado. Hoje eu consigo ter um olhar diferenciado, dentro do meu bairro, dentro da minha cidade. Eu achei muito enriquecedor essa experiência junto com as outras meninas”

“Foi bom pra gente mapear e reconhecer, pra que fiquemos mais atentas a nossa realidade do dia a dia. Poder saber sobre o que é ser mulher, negra, empoderada. Ter a consciência como cidadão de conhecer o bairro onde a gente mora e os movimentos que podemos buscar para melhorar. A falta de iluminação? O que traz pra esse bairro? Quais são os atores que são negligentes à violência? Quais as instituições que perpetuam a violência? Acho que essa foi o diferencial que fez que dentro das oficinas com que a gente pudesse estar trocando saberes”

“Participar da cartografia foi maravilhoso e especial. Foi um espaço onde eu puder colocar minhas angústias para fora, Eu não tinha noção quanto essa realidade era assim tão dura em todos os municípios da Baixada. Essa cartografia me deu a dimensão do quanto é grave e que a gente precisa se unir para combater essa indiferença com que somos tratadas”.

“Avalio que as oficinas foram muito enriquecedoras para meu olhar sobre a questão da violência do meu local de moradia, que tende para a violação de direitos de todos, mas como apontado, mulheres tem riscos maiores apenas por serem mulheres”

AMETODOLOGIADAS OFICINAS

O primeiro passo do projeto foi à realização das oficinas em dois municípios centrais da Baixada, são eles Duque de Caxias e Nova Iguaçu. A facilitação das mesmas foi desenvolvida também por mulheres baixadenses e interlocutores locais treinados na Nova Cartografia Social da Amazônia. Trata-se de mulheres da Baixada refletindo sobre temas como racismo institucional, machismo, violência de gênero e violência letal por meio da metodologia da cartografia social e se apropriando de novas ferramentas de pesquisa e incidência política para o fortalecimento de suas lutas.

As oficinas foram abertas e divulgadas pelos apoiadores do projeto. Cada oficina foi conduzida a partir de um diálogo aberto sobre os temas, com o objetivo de estimular o debate e a intervenção como parte do próprio processo de construção da cartografia pelas mulheres envolvidas. A primeira oficina constituiu-se como um espaço para uma discussão aberta sobre o conceito de cartografia e mapeamento participativo, com o objetivo de desconstruir o significado da palavra “mapa” e, o mais importante, quem tem o monopólio do conhecimento para fazê-lo. O método utilizado foi a da Nova Cartografia Social da Amazônia, uma das principais referências no tema na região da América Latina, e especialmente no Brasil.

A partir da segunda oficina, temas como o machismo e a violência de gênero foram ganhando força e espaço nos debates entre as participantes. Nos primeiros exercícios de construção de um mapeamento prévio das violações recorrentes nos territórios onde aquelas mulheres atravessam, a pergunta: “como é ser mulher na Baixada?” foi ilustrada pelo desenho de pontos geográficos onde as violências de gênero se perpetuam cotidianamente na região. Além de “perguntas geradoras” para alavancar reflexões sobre temas tão caros a milhares de mulheres que habitam os territórios da Baixada, foram utilizadas dinâmicas e metodologias participativas que podem ser achadas no manual “Meu Corpo, Meus Direitos” desenvolvido pela organização não-governamental Anistia Internacional.

Entre as reflexões sobre os temas já citados anteriormente, aos poucos as mulheres participantes foram construindo seus próprios mapas locais evidenciando as dinâmicas criminais e os atores estatais e não-estatais que perpetuam a violência no território da Baixada Fluminense. Ao mesmo tempo em que foram apontados os espaços onde as mulheres sofriam mais violências na BF, também surgiram geolocalizados os pontos de negociação de drogas, atuação de milícias e grupos de extermínio além das práticas de violência cometidas por policiais militares e civis do estado. O objetivo foi construir coletivamente um outro olhar geográfico sob as vivências e subjetividades das mulheres baixadenses com o intuito de reforçar a Baixada e o movimento de mães e mulheres como um espaço de afirmação e reivindicação de direitos.



“COMO É SER MULHER NA BAIXADA?”

PERCEPÇÕES E NARRATIVAS CRUZADAS SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE.

A Baixada Fluminense, região metropolitana do estado do Rio, é o local onde se concentra a maior quantidade de municípios presentes no grupo das cidades mais violentas do estado fluminense, de acordo com o Diagnóstico dos Homicídios no Brasil (2015). Apesar da população residente da região ser a metade da população da capital carioca, a área metropolitana apresenta taxas de homicídios muito mais alarmantes. Os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti enquadram-se no imaginário social de cidades mais “violentas” da Baixada, e consequentemente, do estado do Rio de Janeiro. Respectivamente em 2015, foram registrados nesses municípios 5%, 9%, 10% e 4% de todos os registros de homicídios no estado. Somados, eles representaram 28%. No meio desse cenário vale salientar que segundo levantamento realizado pela Federação das Indústrias do estado do RJ em 2016, a Baixada Fluminense é responsável por 14% de todo o PIB – Produto Interno Bruto do Estado, com um potencial e grande vocação econômica. Esses dados demonstram que não há razão econômica para a miséria e a pobreza na região.

Apesar do cenário de violência letal ser normalmente associado as principais vítimas de homicídio em nosso país: jovens do sexo masculino, negros, moradores de periferia e favelas, as mulheres participantes das oficinas de cartografia social puderam refletir a partir de suas vivências e subjetividades o impacto dessa violência letal em seus próprios corpos, para além dos seus filhos, maridos e enteados.

Além do quadro da violência letal, múltiplas violências de gênero surgiram nas cartografias desenhadas pelas participantes das oficinas. O impacto da violência de gênero para as mulheres baixadenses pode ser melhor retratado na análise das estatísticas desse fenômeno recorrente. De acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP), no ano de 2016, 10.652 mulheres sofreram lesão corporal dolosa – quando há intenção de causar dano corporal ou agredir a vítima – em toda a Baixada Fluminense. O estado do Rio de Janeiro contabilizou um total de 44.693 lesões corporais dolosas, logo, só a Baixada representa cerca de 24% desse total.

No ano de 2015, Nova Iguaçu ocupava o primeiro lugar no ranking de violência contra a mulher (homicídio doloso, tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa, estupro, ameaça, calúnia/ injúria/difamação, constrangimento ilegal, assédio sexual, violência sexual, violência psicológica, entre outros tipos) e Duque de Caxias o segundo. Em 2016 as posições se inverteram e Duque de Caxias ocupou o primeiro lugar com 6.253 casos, enquanto Nova Iguaçu acumulava 6.047 ocorrências. O cenário total de violência contra a mulher na Baixada soma 28.765, dados do ISP – Instituto de Segurança Pública.

Vivenciando cotidianamente essas violações, as mulheres baixadenses autocartografaram sua circulação no território, e identificaram que a prática e reprodução do machismo são importantes propagadores da insegurança que sentem quando utilizam serviços públicos e privados em seus municípios. Além disso, o machismo que tira oportunidades e viola direitos fundamentais das mulheres, também apareceu na cartografia na forma como agentes do estado (principalmente policiais e também os demais funcionários públicos) atendem essas mulheres no exercício de seu serviço, foram constantes as vivências de machismo compartilhadas em ambientes de trabalho formal, transporte público, relação com a polícia e na ausência do direito de ir e vir a qualquer hora da noite em alguns bairros dos municípios da Baixada Fluminense.

A BAIXADA QUE QUEREMOS....

A partir da cartografia desenvolvida por mulheres de diferentes municípios da Baixada podemos analisar um fenômeno recorrente em todos os municípios cartografados, a multiplicação das mesmas dinâmicas criminais e atores da militarização. Mas a pergunta que também norteou as oficinas é: que Baixada essas mulheres querem? Diante de tantas violências e opressões, as mulheres da BF ainda enxergam a potencialidade que aflora em cada quadra, escola, igreja, em cada bairro da região.

“A Baixada é lazer. A cultura aqui se reinventa e sobrevive a falta de investimento, já vi cineclubes nas praças, roda de rima em bairros afastados do centro. Sem dinheiro no bolso mas com muita vontade, a Baixada é cruel, mas aqui tem muita luta e vontade de transformar as coisas”

A transformação social da Baixada norteia os pensamentos e desejos das mulheres que diariamente circulam pela região, durante as oficinas de cartografia a “comunicação” surgiu como uma linguagem melhor a ser trabalhada como ferramenta de divulgação de iniciativas conectadas a promoção de direitos e dispositivos de denúncia de violações.

“Tem muita coisa acontecendo no nosso território, não só coisas ruins. As pessoas precisam conhecer para ter acesso a algo já tão escasso no dia-a-dia, oportunidades”, apontou uma das mulheres participantes das oficinas.

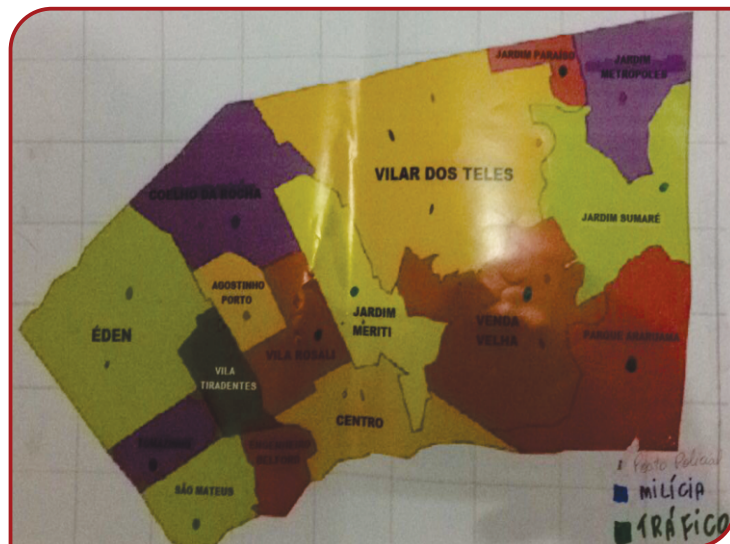
A reinvenção da mulher baixadense como mãe, militante de movimento social, mulher, universitária, dona de casa, trabalhadora, mesmo com todo o machismo, racismo e perpetuações de outras violências, aflorou diante das discussões e narrativas construídas dentro das oficinas de cartografia. Múltiplas “Baixadas” foram vistas e redesenhadas, múltiplos impactos foram sentidos e compartilhados, cartografias de vivências e subjetividades narram em parte todo o conteúdo acumulado e potente guardado com cada uma das mulheres que fizeram parte deste projeto.

“Queremos menos pé na porta e mais acesso a políticas públicas que respeitem e promovam nossos direitos.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

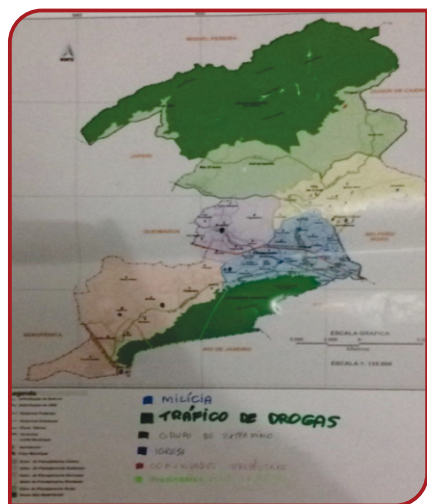
A experiência das oficinas de cartografia afetou de formas diferentes muitas mulheres que participaram das dinâmicas e atividades desenvolvidas durante o período do projeto. Cartógrafas formadas, as baixadenses compartilharam através de pequenos relatos suas experiências de terem participado desde o início das oficinas.

³ ENGEL Cíntia Liara ... [et al.], Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015. Diagnóstico de Homicídios no Brasil. Disponível em: <http://agenciapatriacigalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELATORIO-HOMICIDIOS-210x297mm-MJ-1.pdf>. Acesso em 10 de jan. 2018.



“Em São João de Meriti tem muitos roubos e assaltos, além da atuação da milícia, tráfico e grupos de extermínio. Infelizmente essa é uma realidade comum a toda Baixada Fluminense”

Mulher participante da oficina de cartografia



“Em Nova Iguaçu já vi de tudo, assalto, roubo, chacina, grupo de extermínio, ponto de desova de corpo. Realmente não é mole não”

Mulher participante da oficina de cartografia

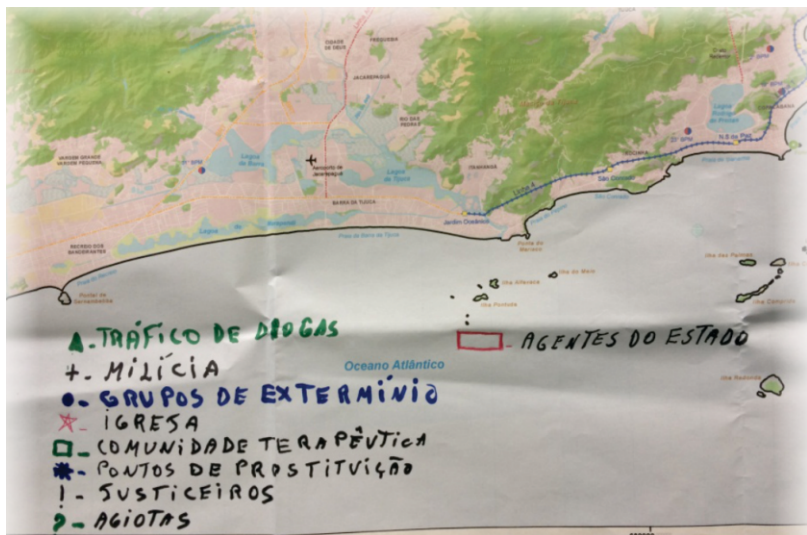
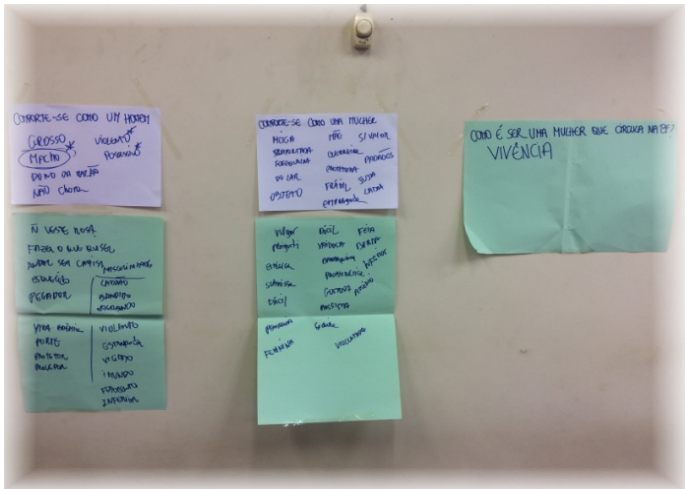
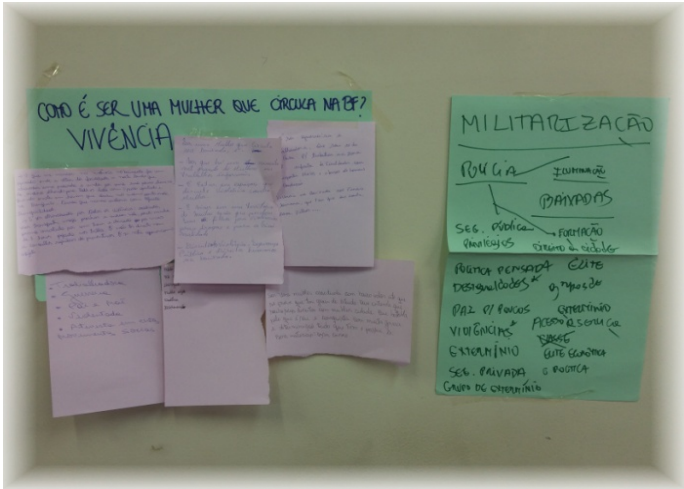


Foto: Mapeamento de atores que perpetuam a militarização pela ótica das mulheres da Baixada



Percepções e narrativas sobre nossas vivências.

SER MULHER NA BAIXADA É...

“É ser guerreira e batalhadora. Aquela que sai cedo de casa para trabalhar na zona sul, enfrenta dificuldades com transportes cheios e abusos de homens na condução. Só vive a Baixada nos finais de semana, tem que dar conta de casa, filhos, marido...”

“É viver em um território onde muitas mães perdem seus filhos para a violência, para as drogas, para a criminalidade.”

“É ver que há um aumento muito grande de ocupação de mulheres nos postos e trabalhos informais”

“É ter sempre que discutir violência, segurança pública e direitos humanos na Baixada”

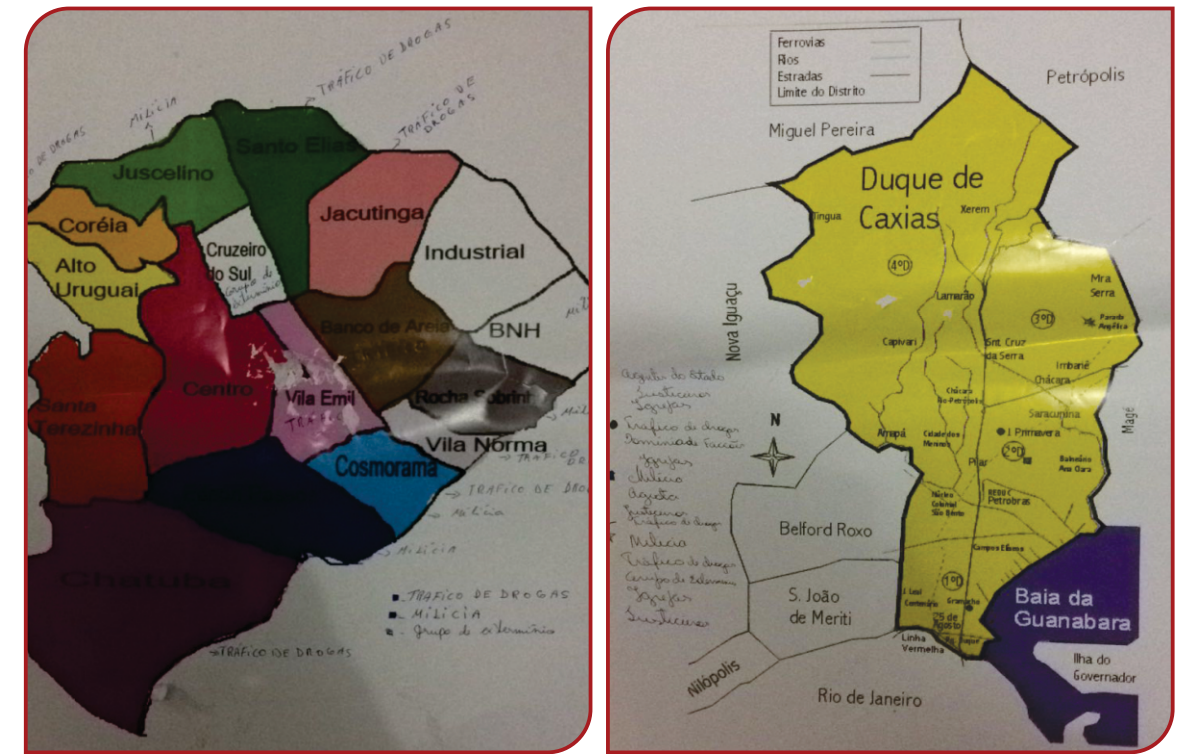
“É ser uma mulher assediada com baixo valor até que se prove que tem grau de estudo. Que entende e sabe seus direitos como uma mulher cidadã. Que batalha pelo que é seu e conquista com muita garra e determinação tudo que tem e possui”

“É ser atravessada por todas as violências: assediada, usar transportes públicos mega precários e morrer nele. Perdi minha prima arrastada por um trem e deixada por mais de 8 horas jogada nos trilhos. É não ter direito nem a consultas regulares de preventivos. É ser vista apenas como um objeto!”

“É ser marcada por violências. O que me marcou na violência na Baixada foi um episódio no qual a voltar da faculdade à noite, tendo que atravessar uma passarela e andar por uma rua pouco iluminada,... andava olhando para todos os lados com o passo apertado e quando avistei um homem que desceu no mesmo ponto andava tranquilo. Percebi que nunca andaria com aquela tranquilidade.”

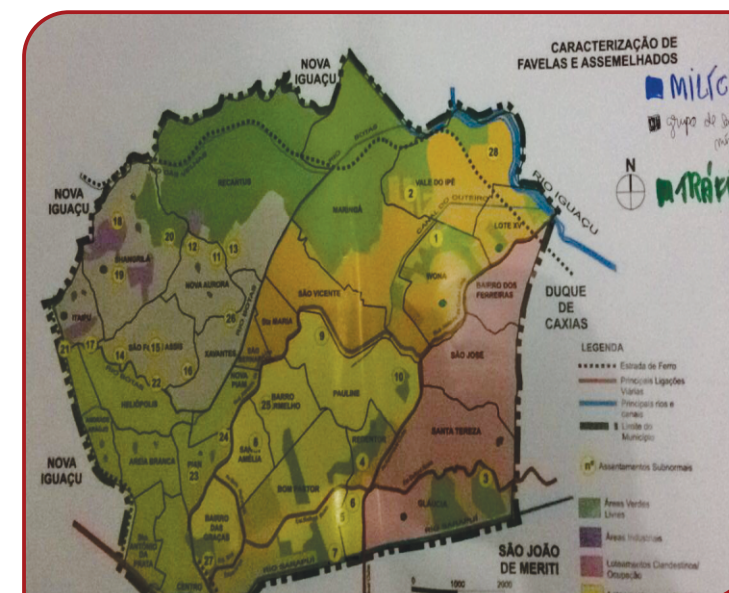


Figura 1: Nuvem de palavras construída através das vivências compartilhadas pelas mulheres participantes do projeto.



*“Em Caxias tem muito grupo de extermínio e milícia atuando, é histórico né?!
Justiceiros, domínio de facções, agiotas, polícia entra pra matar. Tá difícil morar em Caxias”*

Mulher participante da oficina de cartografia



“Em Belford Roxo a polícia entra pra matar. Tem muitos confrontos nas favelas e piorou depois das políticas das UPP's. Tentaram “pacificar” no Rio, sobrou pra nós aqui da BF”

Mulher participante da oficina de cartografia



“Em Mesquita vivemos com medo de bala perdida todos os dias. Lá a polícia entra com caveirão pela principal, tem tiros pra caramba. Além da presença forte do tráfico, muitos jovens vão pra essa vida. Pra vocês verem, às vezes tem milícia, tráfico e grupo de extermínio na mesma área geográfica”

Mulher participante da oficina de cartografia

Foto: Mapeamento de atores que perpetuam a militarização pela ótica das mulheres da Baixada

MULHERES DA BAIXADA – UMA CARTOGRAFIA DE RESISTÊNCIA E LUTA!

Desde o princípio a construção da narrativa sobre “o que é ser uma mulher na Baixada” ampliou o olhar das mulheres participantes sobre o impacto da chamada “militarização” em seus corpos já sofridos com violências cotidianas derivadas do machismo e racismo. A auto-afirmação de suas identidades e espaços de circulação ajudou-as a cartografar mais intensamente suas vivências e cotidianos, especificando com clareza, em alguns momentos, o passo-a-passo de dinâmicas criminais que afetam seus municípios como um todo. Além dos mapas locais gerados, o exercício da cartografia permitiu que essas mulheres produzissem dados primários, narrativas contra-hegemônicas e fortalecimento da rede para a multiplicação local de suas lutas na Baixada Fluminense.

“O QUE É MILITARIZAÇÃO PARA NÓS?” O IMPACTO DA MILITARIZAÇÃO EM NOSSAS VIDAS....

A definição do conceito de militarização norteou grande parte das oficinas de cartografia social desenvolvidas no marco do projeto com as mulheres da Baixada. Entender a “militarização” para além de operações policiais nos municípios da região, uso do caveirão e outras armas letais pela mão armada do Estado, foi primordial para compreender o que para nós mulheres significa viver sobre a constante presença da prática militar de controle social, seja pela polícia, grupos de extermínio ou milícias. A partir de diferentes conceitos-chave, nós mulheres da Baixada, tentamos responder a pergunta: “o que é militarização para nós?”:

- Enfrentamento violento
- Cerceamento a direitos básicos
- “Deveriam nos proteger, mas nos massacram”
- Falsa segurança
- Pé na porta
- Poder coercitivo
- Cobrança de taxas
- Controle de acesso
- Controle social
- Força bruta – Uso abusivo de poder
- Tortura psicológica

O uso do caveirão no Castelar, em Belford Roxo, o estupro sem solução na praça em Coelho da Rocha, a chacina em Nova Iguaçu e em Mesquita, o ponto de desova em Nilópolis, as “guerras” entre facções em Mesquita, o grupo de extermínio em Duque de Caxias, a milícia em Seropédica.... As cartografias construídas e as narrativas da prática da militarização no território da Baixada muitas vezes foram evidenciadas pela atuação de atores estatais e não-estatais responsáveis pela propagação de violências em alguns municípios da BF.

PERCEPÇÕES

“A militarização é mais ampla que a polícia, a polícia obedece a quem? Quem dirige e pensa a política de segurança pública? São as pessoas que moram em territórios mais elitizados. A segurança pública nunca foi pra todos. Pensamos no Brasil, que escola de referência existem em territórios como Coelho da Rocha Belford Roxo? Todas elas estão nos bairros nobres do Rio. O estado é gerido por uma minoria branca que usufrui das políticas de acesso a direitos, e nós moradoras da Baixada?”

“O Estado tem um lado, protege a quem? Ataca a quem? Na Baixada vemos essa lógica sendo reproduzida. No centro de Nova Iguaçu tem polícia para proteger a classe média que lá habita, mas e na Estrada de Madureira? A lógica lá é outra: eles vão pra combater e enfrentar, dessa forma violam adolescentes e mulheres negras”.

“A militarização determina também o acesso aos serviços que a população tem, os lugares mais 'combativos' e criminalizados também são os lugares com as piores condições de vida. O Estado usa a lógica da criminalização da pobreza e da militarização para cercear os direitos como a saúde, habitação, educação...”

“A Militarização não está somente inclusa na lógica da polícia. A minha prima morreu arrastada pelo trem, a gente ultrapassa diversas barreiras sociais. Ela entrou na universidade, mas ficou na barreira das péssimas condições da Supervia. A militarização está presente em toda as lógicas da nossa vida.”

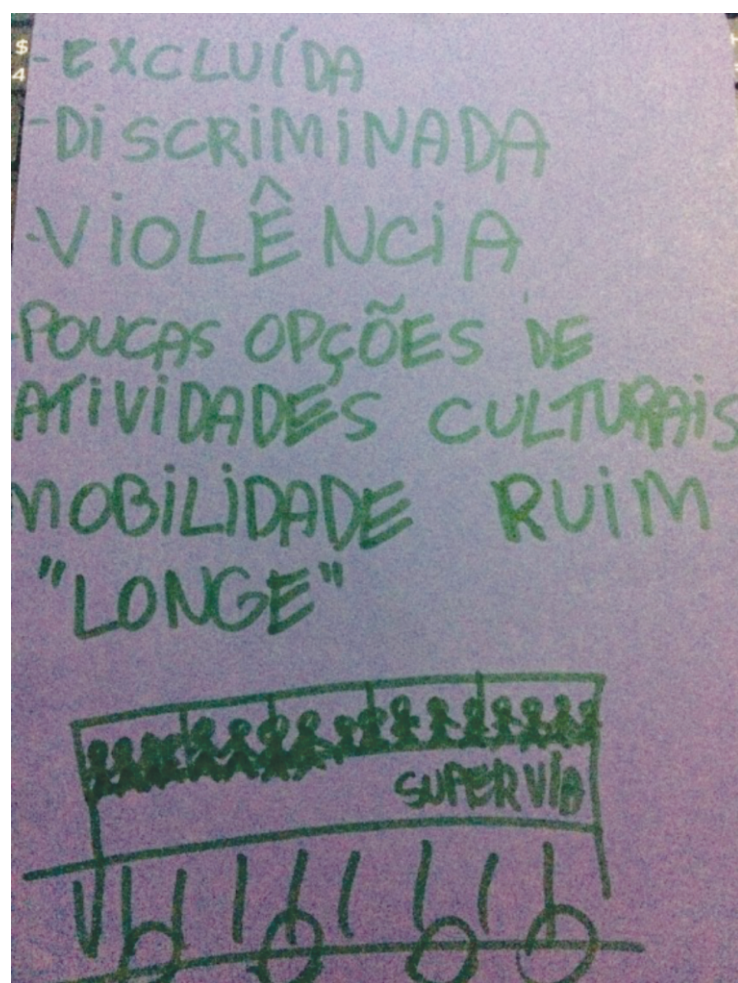
“Meu filho já ficou em três comunidades terapêuticas no Rio, não permaneceu em nenhuma. Por quê? Lá eles focam na recuperação espiritual, a cada três horas toca um sino para orar. Isso é tortura psicológica. Não tem como lutar contra dependência química sem profissionais preparados”.

Além das comunidades terapêuticas, o papel das igrejas na perpetuação da violência também foi ressaltado, sob a ótica da violência doméstica e perseguição a terreiros e praticantes de religiões afro. *“Eu já vi pastor passando a mão na cabeça de homem violento em casa dizendo que era só ele -aceitar Jesus- que as coisas melhoravam. A convivência com a violência doméstica ajuda a multiplicar ainda mais esses casos.”* Porém, é necessário pontuar que também foram evidenciadas características positivas sobre a proliferação de igrejas cristãs no território da Baixada, principalmente ligadas a prática de acolhimento e a histórica luta contra violações de direitos, pobreza e desigualdade perpetuadas pelo Estado brasileiro.

NOSSA AUTOCARTOGRAFIA....



“Aqui a gente sofre por tudo. Por que temos de sair da Baixada Fluminense pra ir ao teatro, museu? Pagar R\$ 8,50 pra ir pro Rio é uma violência. Mataram 6 meninos na Chatuba, desde lá não podemos entrar na cachoeira, mais um exemplo de como isso tudo nos afeta. Não temos acesso a lazer por aqui”



A ampliação da narrativa sobre militarização na Baixada mostrou-se presente na forma como nós mulheres somos impactadas com a ausência ao direito a circular com dignidade pela cidade. Ausência de mobilidade urbana, políticas de habitação, saneamento e iluminação foram perspectivas adicionais ao olhar sob o impacto que a militarização exerce sobre os corpos das mulheres baixadenses.

Outro ator relevante na perpetuação de práticas positivas e negativas referentes a militarização da vida das mulheres foram as igrejas. *“Eu ando de trem e vejo aquelas pessoas pedindo dinheiro para as 'comunidades terapêuticas', a Baixada tá cheia delas. Ex-bandidos se convertem às igrejas evangélicas e procuram 'salvação' nesses espaços, às vezes essa é a única opção pra muita gente”*.

“A primeira coisa que fecha quando tem operação na Chatuba são as escolas e os postos de saúde”

“A pior coisa pra mim é a atuação dos grupos de extermínio, pessoas comuns (comerciantes), militares e civis que acham que têm o direito de sair de madrugada pela rua para exterminar pessoas”.

“Todo mundo sabe quem são os matadores do meu bairro hoje em dia, tem comerciante, trabalhador formal, policial, sempre tem ligação política”

A CARTOGRAFIA DAS DINÂMICAS DA MILITARIZAÇÃO NA BAIXADA FLUMINENSE

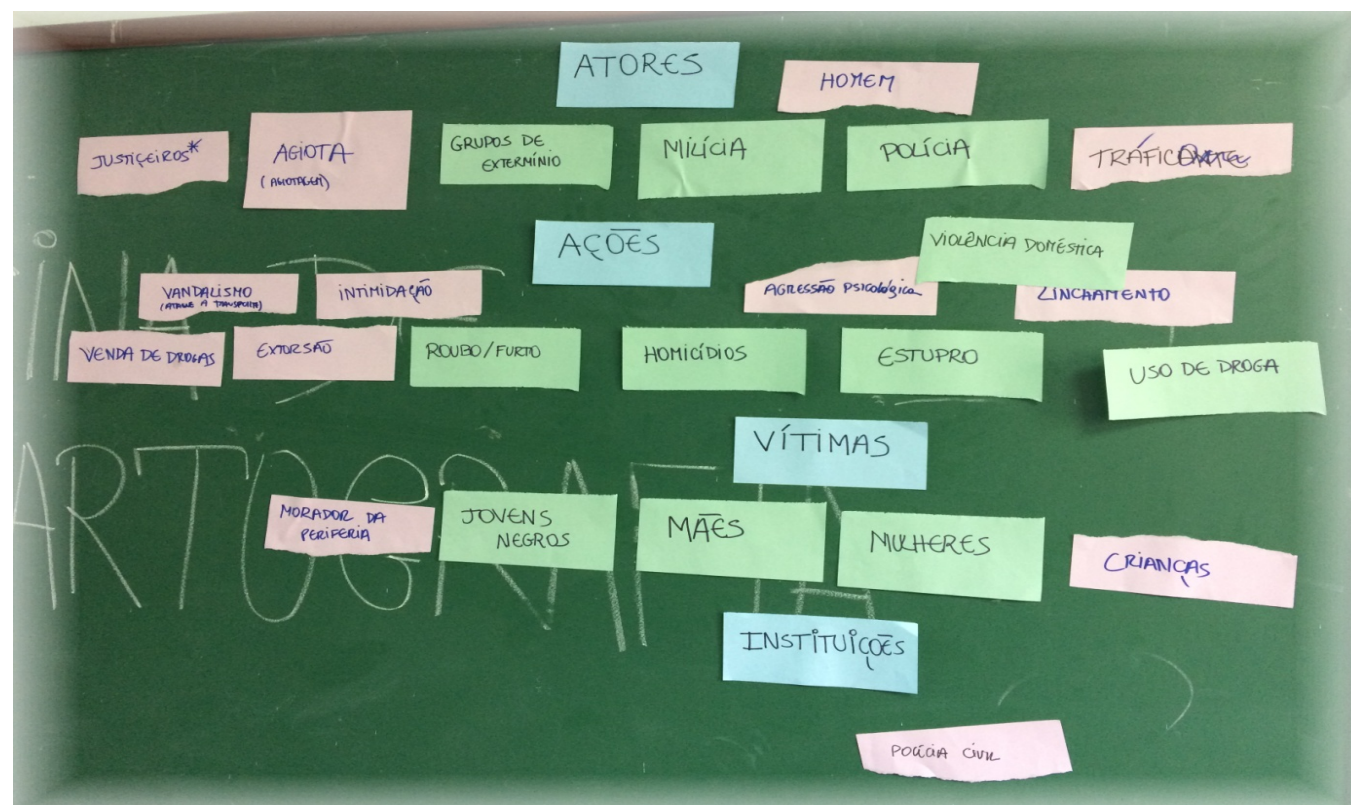
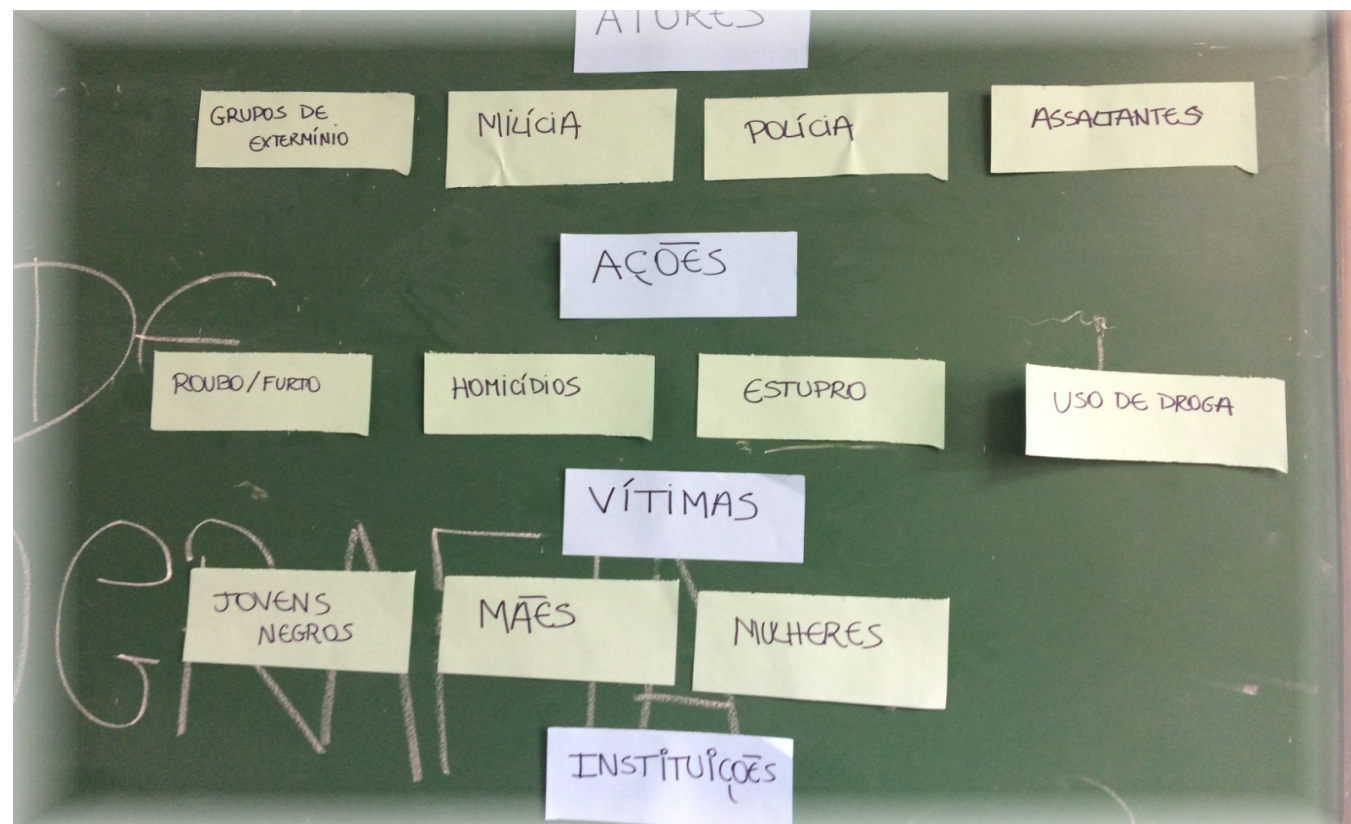
A partir das oficinas de cartografia as mulheres da Baixada puderam mapear em seus municípios a presença de atores que estão ligados direta ou indiretamente a perpetuação de práticas militarizadas no território da BF. O olhar para as dinâmicas de militarização que se multiplicam na região partiu da reflexão das mulheres sobre a quão ampla e diversa é a formação territorial da Baixada. *“Tem lugar que tem grupo de extermínio e não tem milícia, e o grupo age coagindo pessoas em todo o bairro. A Baixada é muito grande, tem lugar que só tem tráfico, isso diz muito sobre a configuração histórica do bairro”*, apontou uma das mulheres participantes das oficinas.

O interesse econômico por trás da atuação de atores estatais (como polícias e milícias) na Baixada também foi destacado pelas mulheres baixadenses. A prática de extorsão em alguns bairros se mostrou através de relatos da presença do monopólio da venda de gás, serviço de transporte alternativo e TV a cabo, *“todos os moradores de bairros com milícias são reféns ao controle social exercido por elas”*. (Participante da oficina de cartografia).

Acadêmicos como Michel Misse (IFCS/UFRJ) ressaltam que foi a partir da década de 1970 que se formaram grupos de extermínio nas periferias do Rio de Janeiro. Estes eram pequenos grupos de policiais, agentes penitenciários e guardas que recebiam dinheiro de comerciantes e empresários para evitar a ocorrência de crimes em determinada área. Outro grupo surgido nesse mesmo período foi a 'polícia mineira', formada por ex-policiais e policiais que vendiam proteção aos comerciantes locais. Na década de 1990, a 'polícia mineira' começou a ganhar novas configurações, já que a proteção por ela oferecida se estendeu aos próprios moradores, e não apenas aos comerciantes, com o objetivo de impedir a disseminação do narcotráfico. Esse modelo, atualmente denominado de milícia, proliferou-se pela zona oeste e Baixada Fluminense e apresentaria traços, de acordo com o autor, de uma organização mafiosa. Segundo ele, haveria cerca de 90 favelas sob o domínio de milícias no estado, que controlariam a distribuição de gás em botijão, os serviços clandestinos de internet e televisão a cabo e, em algumas áreas, o transporte público ilegal.

Além da percepção sobre as milícias, a atuação das polícias Militar e Civil nos bairros periféricos da Baixada também foram associadas à prática de violação de direitos e perpetuação da militarização pelo uso abusivo da força por partes de agentes do estado.

“A polícia mata jovem preto periférico, mas as instituições que legitimam também a militarização que nos extermina é o Judiciário. Quando arquivam os processos de homicídios e não denunciam os policiais que nos violam eles estão legitimando tudo isso”



Além dos atores perpetuadores da militarização, para refletir o impacto na vida das mulheres baixadenses, nós também mapeamos as instituições que apoiam a luta e nos ajudam diariamente. Como o Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, o Fórum Grita Baixada, o Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência de Estado - Napave (Iser), a Defensoria Pública Estadual (especialmente o NUDEDH - Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos) a Diocese de Nova Iguaçu, a Casa do Menor, a Unegro e o Conselho da Mulher.

